**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Cristina Dias Nunes da Silva

**A formação do profissional de
Educação Física da FEF -
Unicamp ante o Terceiro Setor**

Campinas
2007

Cristina Dias Nunes da Silva

**A formação do profissional de
Educação Física da FEF -
Unicamp ante o Terceiro Setor**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) apresentado à Faculdade de
Educação Física da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do
título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Silvia Cristina Franco Amaral

Campinas
2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
PELA BIBLIOTECA FEF – UNICAMP**

Si38f

Silva, Cristina Dias Nunes da.

A formação do profissional de Educação Física da FEF-UNICAMP ante o terceiro setor / Cristina Dias Nunes da Silva. – Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador(a): Sílvia Cristina Franco Amaral.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Educação Física. 2. Terceiro setor. 3. Educação. 4. Formação profissional. I. Amaral, Sílvia Cristina Franco do. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

asm/fef

Cristina Dias Nunes da Silva

A formação do profissional de Educação Física da FEF - Unicamp ante o Terceiro Setor

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) defendido por Cristina Dias Nunes da Silva e aprovado pela Comissão julgadora em: 28/11/2007.

Prof. Dr. Silvia Cristina Franco Amaral
Orientador

Prof. Dr. Paulo César Montagner
Membro da Banca

Prof. Dr. Lino Castellani Filho
Membro da Banca

Campinas
2007

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família.

Agradecimentos

Difícil fazer uma dedicatória sem esquecer alguém, ainda mais quando passaram pela minha vida inúmeras pessoas que colaboraram para esta trajetória até então traçada. Se fosse pra dizer todos os nomes, mesmos estes sabendo ou não de sua participação, faltariam páginas; por ora devo ater-me aos que diretamente fizeram da minha formação, dos anos que passei dentro da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), momentos inesquecíveis.

O começo, a base, quem me fez ser quem eu sou, e os motivadores, que em momento algum discordaram de minhas escolhas, é claro a família: Sebastião, Iolanda e Priscila, sem esquecer das minhas cachorras, me escutavam sem reclamar e me fizeram companhia durante toda a escrita desta monografia e de tantos outros trabalhos.

Aos amigos, não poderia deixar de expor o nome das principais: às “Patotas”, grupo formado desde o primeiro ano de curso, Tais, Liane, Aline e Julia, com quem eu fiz diversos trabalhos, amigas para a vida toda, amigas de risadas, problemas etc.

Aos amigos:

De turma: das aulas, dos trabalhos, das festas, das brigas.

Da natação: alunos, monitores, ouvintes e funcionários.

Da capoeira: das intermináveis descobertas sobre a capoeira, da paixão pela capoeira e das grandes amizades.

Aos amigos do ônibus: das voltas ao final de cada dia.

Aos que não se incluem em nenhuma dessas categorias, mas que estão ou estiveram presentes na minha vida, diante de discussões, disciplinas, trabalhos e projetos.

A todos que fazem o curso de Educação Física da Unicamp ter uma característica tão peculiar, um jeito FEF de ser, os docentes e os funcionários.

À pessoa responsável pela concretização desta fase, Silvia.

Muito obrigada a todos!

SILVA, Cristina D. N. **A formação do profissional de Educação Física da FEF - Unicamp ante o Terceiro Setor**. 2007. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar as possibilidades de abordagens da temática “Terceiro setor e atuação do profissional de Educação Física” nas disciplinas do novo currículo de formação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-Unicamp). Para esta pesquisa percorri dois caminhos: uma análise documental – Exame de documentos referentes ao novo currículo e aos antigos currículos, procurando encontrar disciplinas que pudessem promover tal discussão; as disciplinas encontradas foram: História da Educação Física, Lazer e Sociedade, Educação Física Escolar Especial, Lazer e Planejamento, Políticas Públicas em Educação Física, Estágio Supervisionado em Educação Física I e II e Estágio Supervisionado I e II –; em segundo lugar realizei entrevistas com os responsáveis por essas disciplinas. Para uma base teórica fiz a investigação do terceiro setor, caracterizando-o. Na análise desses dados busquei um diálogo com as entrevistas e a parte teórica, tendo como meta a comprovação de tal problema ou não no currículo. Diante dos dados foi possível constatar que a temática foi pouco aprofundada pelos entrevistados e que isso reflete na organização do conteúdo das disciplinas que ministram, provocando assim o possível desconhecimento dos futuros profissionais em educação física sobre a temática abordada neste estudo: o terceiro setor.

Palavras-Chave: Educação física; Terceiro Setor; Educação; Formação Curricular.

SILVA, Cristina D. N. **The professional training of Physical Education of the FEF - Unicamp front the third sector.** 2007. 40f. Work of Conclusion of Course (Graduation) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ABSTRACT

This study aims to examine the possibilities of thematic approaches to "third sector and the professional expertise of Physical Education" in the subjects of the new curriculum for training in Physical Education of the School of Physical Education of the State University of Campinas (FEF-Unicamp). For this research I followed two paths: a document analysis-examination of documents relating to the new curriculum and the old curriculum, trying to find subjects that could promote such discussion, the subjects were found: History of Physical Education, Leisure and Society, Physical Education Special School, Leisure and Planning, Public Policy in Physical Education, Physical Education in Supervised Stage I and II and Stage I and II-Supervised and secondly conducted interviews with those responsible for these such disciplines. For a theoretical basis I did the research of the third sector, characterizing it. In the analysis of the data searched a dialogue with the interviews and the theoretical, with the goal to furnish proof of this problem or not in the curriculum. With the data it was possible to see that the subject was interviewed by little depth and that reflects in the organization of the content of the disciplines that provide, thus causing the possible lack of future professionals in physical education on the issues addressed in this study: the third sector.

Keywords: Physical Education; Third Sector; Education; Graduate Curriculum.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAE	Associação dos pais e Amigos dos excepcionais
FEF	Faculdade de Educação Física
MH	Motricidade Humana
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

Introdução	11
1. O Terceiro Setor	15
1.1 Educação e Terceiro Setor	20
2. A construção do novo currículo na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas	24
3. Educação Física e Terceiro Setor: possíveis diálogos na formação curricular	31
Conclusões	38
Referências Bibliográficas	41

Introdução

Entrei no curso de Educação Física no ano de 2003, sem saber ao certo o que me levou a optar por esse curso. A única certeza que tinha era de que durante os anos que estudei no primário e ginásio fui muito feliz nas aulas de Educação Física; nesse entremeio conheci o voleibol, o que, segundo o meu entendimento na época, me aproximou ainda mais desse curso.

No terceiro ano optei pela modalidade da licenciatura. Durante esses anos já trabalhei com recreação, como salva-vidas e ministrei aulas de natação, considerando a última a minha primeira experiência realmente na área da Educação Física. Fui monitora de algumas turmas de natação no Projeto de Extensão da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-UNICAMP).

Durante os anos que estive cursando Educação Física deparei-me com muitas situações conflitantes, que me mostravam claramente a minha condição de “ser humano” inacabado, principalmente no penúltimo ano do curso (2006); isso se apresentou de forma nítida quando comecei a trabalhar na Prefeitura Municipal de Campinas, como estagiária da Secretaria de Esporte, em um projeto social de âmbito federal, denominado “Segundo Tempo”, realizado em parceria com um órgão privado, a Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (FACESP).

O Segundo Tempo foi um programa do Ministério do Esporte em parceria com o Ministério da Educação e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Segundo seu manual de diretrizes, o projeto “destinava-se à democratização e ao acesso a práticas esportivas, por meio de atividades a serem realizadas no contra turno escolar, de caráter complementar, com a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento humano, e assegurar o exercício da cidadania” (BARBOSA et al., 2006, p. 3).

O programa atendia prioritariamente crianças, adolescentes e jovens que estivessem em situações de risco e violência (doméstica, física, verbal e/ou tráfico de drogas). Em

Campinas o objetivo era atender 75 bairros com 100 crianças em cada núcleo; além das aulas, todas as crianças receberiam um lanche.

Atuei nesse projeto durante 12 meses e o que mais me incomodava era o fato de ter como função, na teoria, assessorar alguém, estagiar; na realidade, atuava sozinha, como professora responsável. O local de funcionamento do projeto era totalmente diferente do vivido até hoje na FEF-Unicamp, pois o espaço contava somente com um “raspadão” (campo de terra), uma bola de cada modalidade (voleibol, futebol, basquete e handebol) e uma bomba para encher as bolas.

Buscava ali desenvolver, principalmente, a futura autonomia dos alunos, incentivando-os a compreender melhor a sua realidade e interagir com ela de forma crítica. Em nenhum momento pensei em transformar aquele ambiente em uma escola de esportes ou em um espaço similar ao da Educação Física Escolar.

Pensava a todo o tempo se estava realmente preparada para enfrentar aquela situação e o que obtinha de resposta era um “não”; indagava muito sobre a minha função nesse projeto e a função dele para a sociedade.

Durante muito tempo não soube o que realmente me despertaria para escrever a monografia. Porém, desde o início do ano de 2006, mesmo com todas as dificuldades de trabalhar no projeto, percebi que me incomodava muito a maneira esse projeto social foi tratado. Por conta disso, comecei a refletir o porquê da existência desse projeto e como mudar essa situação.

Entendemos que a temática desenvolvida no Segundo Tempo (no formato em que foi desenvolvido no município de Campinas) pertence hoje a um nicho denominado “terceiro setor”, que está ganhando cada vez mais espaço e aceitação entre a população e a política socioeconômica vigente – principalmente em relação às camadas sociais mais baixas –, sendo esse setor considerado mais um campo de atuação do profissional de Educação Física e que permite atuar na especificidade da educação, seja em instituições, associações, organizações e/ou grupos que acreditam nesses espaços como transformadores das condições sociais e que podem melhorar a inserção de um grande contingente de brasileiros no sistema. Outro objetivo desses espaços é tirar os jovens da rua, preparando-os para constituir o quadro de mão-de-obra barata, indo de encontro aos interesses da política neoliberal que vigora no governo brasileiro.

Nesse contexto, surge o profissional de Educação Física, muitas vezes na condição de estagiário ou mesmo como professor, desenvolvendo nesse setor atividades muitas

vezes voltadas para o lazer e a recreação, ou que funcionam como um complementar da Educação Física Escolar ou para a formação de atletas.

Foi dentro dessas inculcações sobre terceiro setor/projetos sociais que surgiu o tema desta monografia. Para entendê-lo melhor busco uma investigação de como pode ou deve ser a atuação profissional do licenciado em Educação Física no terceiro setor e também um aprofundamento na análise do currículo do curso de Educação Física da Unicamp, tentando verificar se há nele uma abordagem que propicie a aproximação entre o licenciando e a realidade apresentada pelo setor.

Para essa investigação, percorri dois caminhos:

- análise documental: análise de documentos referentes ao novo e aos antigos currículos do curso superior de Educação Física da Unicamp, procurando encontrar disciplinas que promovam tal discussão; segundo Menga e André (1986), documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Dessa forma, compõem este estudo leis, regulamentos, normas, pareceres, cartas memorandos, enfim, tudo referente à construção do novo currículo FEF-Unicamp, caracterizando-o e mostrando como aconteceu a sua elaboração;
- entrevistas: as entrevistas objetivam complementar a primeira análise, tratando-se de entrevistas semi-estruturadas, que se desenrolaram a partir de um esquema básico e flexível.

O lócus determinado para a investigação foi o curso de Educação Física da Unicamp, composto em seu quadro de docentes por 35 professores fixos e 7 colaboradores, mais a participação de professores vindos de outros institutos, como do Instituto de Biologia e da Faculdade de Educação.

Com a leitura dos documentos escolhidos no primeiro caminho, principalmente do novo currículo, foram escolhidas oito disciplinas que norteiam a formação dos futuros profissionais de Educação Física no tocante à temática “Terceiro setor e atuação do profissional de Educação Física”: História da Educação Física, Lazer e Sociedade, Educação Física Escolar Especial, Lazer e Planejamento, Políticas Públicas em Educação Física, Estágio Supervisionado em Educação Física I e II e Estágio Supervisionado I e II. Em seguida foram realizadas as entrevistas com os responsáveis por essas disciplinas.

As questões propostas aos entrevistados procuram verificar seu entendimento sobre o que é o terceiro setor, sobre o papel do futuro profissional de Educação Física nesse setor e qual sua percepção sobre o novo currículo, vendo-o como possibilitador ou não da discussão desse tema.

O método aplicado, as entrevistas, conforme descrito anteriormente, foi escolhido por entender que nelas:

A relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde [...] sem uma ordem rígida de questões o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém. Na medida em que houver um clima de estímulo e aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica. (MENGA, ANDRÉ, 1986, p. 33-34).

O texto a seguir está dividido em quatro partes, sendo a primeira uma aproximação/caracterização do tema “Terceiro setor”. É abordada sua história e as transformações por que este setor passou, além de fornecer sua atuação dentro da educação.

Na segunda parte foram percorridos diversos currículos que nortearam a formação do profissional de Educação Física da FEF-Unicamp desde sua criação até a implantação do novo currículo em 2006, apontando diferenças e semelhanças.

Num terceiro momento é realizada a análise das entrevistas, apresentado os entendimentos de cada entrevistado sobre o tema “Terceiro setor”.

Por fim, é apresentada a Conclusão, que contempla nossa percepção sobre tudo o que foi desenvolvido neste trabalho, com a análise do primeiro, do segundo capítulo e do terceiro capítulos, fazendo um fechamento e evidenciando as constatações observadas durante todo este processo de construção de conhecimento.

1. O Terceiro Setor

O termo terceiro setor faz parte de uma “Nova Ordem Mundial” e ainda é pouco utilizado em muitos países. Segundo Gohn (2001), o termo surgiu nos Estados Unidos por meio das “associações voluntárias”, sinônimo de instituição sem fins lucrativos; algumas das fundações criadas destinavam-se a gerir recursos para as obras sociais, investindo em maior quantidade na área da educação.

Na Inglaterra, o termo vem da tradição da caridade, denominado posteriormente como “filantropia”, pois buscava uma desvinculação com a visão assistencialista da caridade, inserindo elementos humanistas¹. Ambos os países falavam do mesmo setor, mas se diferenciavam quanto aos seus agentes sociais e suas formas de atuação.

O terceiro setor adquire uma importância estratégica nos anos 90 com a incorporação das “ONGs”, organizações não-governamentais, que passou por grandes transformações até compor o quadro do terceiro setor. Para o início da discussão neste trabalho, começaremos descrevendo a trajetória das ONGs e como estas se ligaram ao terceiro setor.

As ONGs, organizações não-governamentais e não lucrativas, que contam com pessoas solidárias organizadas em torno do voluntariado, tiveram sua primeira ligação com o terceiro setor a partir da Organização das Nações Unidas (ONU), e eram entidades que não representavam nenhum governo, mas tinham uma força muito significativa, como, por exemplo, a Cruz Vermelha.

Após muitas lutas pelos direitos humanos, como o que aconteceu na Guerra do Vietnã, as ONGs ganharam um novo significado, tiveram seu campo de atuação ampliado, utilizavam a política, os valores da sociedade e a jurisdição, deixando de lado o perfil de

¹ O termo caridade significa, segundo o *Dicionário Aurélio*, benevolência, complacência, benefício, esmola. Quando esse termo é substituído por filantropia muda-se o sentido da ação, deixando de assistir/dar uma esmola à pessoa que recebe o benefício, sem neste ato conhecer e participar da vida da pessoa ajudada, quando a ação se transforma em Filantropia o ajudado tem o auxílio para solucionar os seus problemas, como mostra de um ato de amor à humanidade.

filantropia e caridade. Algumas buscavam uma ideologia de base no socialismo, outras propunham um desenvolvimento auto-sustentável, outras em projetos educativos, na ecologia, nos direitos humanos etc. (GOHN, 2001).

Na América Latina, as ONGs instalaram-se, desde os anos 50, a fim de promover o desenvolvimento do país, trabalhando na promoção do mundo “subdesenvolvido” (termo utilizado na época).

No Brasil as ONGs foram muito bem aceitas pelo regime político da época, o militarismo, pois sua proposta inicial era o desenvolvimento do país. Entretanto, a ação dessas entidades foi contrária à proposta inicial, pois atuavam na luta pelos direitos humanos e pelas condições mínimas de sobrevivência, incentivando a derrubada do regime militar com o apoio de exilados, presos políticos e suas famílias, como, por exemplo, as ONGs que eram denominadas “cidadãs e militantes” – que se aproximavam cada vez mais de grupos dos movimentos da esquerda ou de oposição ao regime militar.

Essa transição teve apoio do Banco Mundial, que corroborou para a ampliação das ONGs no Brasil, na operacionalização de seus projetos, com um debate sobre políticas, cujo tema era “Educação e desenvolvimento”.

Nos anos 90 as ONGs tiveram seu cenário modificado, pois perderam atenção de agências patrocinadoras, de fundos de apoio financeiro e de pessoas para trabalhar na base, pois as agências teriam sua atenção voltada para a redemocratização do leste europeu.

Em consequência, nesse período as ONGs passaram pela sua maior crise econômica. Sem recursos financeiro e diretrizes, passaram a buscar novas formas de financiamento, tentando manter suas atividades por meio de recursos próprios; com isso, passaram a lutar pelos fundos públicos ou pela auto-suficiência financeira, aumentando a economia informal.

Os movimentos de lutas sociais e militantes, para as ONGs, passaram a ser um plano inferior na busca por recursos financeiros, e a partir disso a produção ganhou maior atenção. Quando apoiavam um grupo que estava sendo oprimido não buscavam apenas os seus direitos sociais, mas uma forma de fazê-los vender um produto de forma que conseguissem se inserir no mercado nacional ou internacional.

Para atender às necessidades de mercado as ONGs passaram a buscar a qualificação de seus quadros profissionais: os militantes foram procurar especialização e pós-graduação, pois com mais eficiência e produtividade conseguiriam manter seus projetos sociais e, assim, garantiriam a sobrevivência das ONGs.

Todas as mudanças feitas no interior das ONGs as aproximaram do modelo norte-americano de gestão, que considera articular política e busca dos direitos sociais a uma filantropia empresarial neoliberal. Não estavam mais contra o Estado, buscavam uma parceria com ele e com outros meios; um exemplo dessas parcerias foi a inauguração de diálogos e parcerias com o Banco Mundial.

Assim, as ONGs procuraram um desenvolvimento sustentável, às vezes se estruturando como empresas, e foram denominadas “cidadãs”, sem fins lucrativos e atuavam em áreas atingidas por problemas sociais, porém algumas nasceram por iniciativa de empresários do setor privado.

Todos esses fatos tornaram as ONGs espaços não politizados e criaram inúmeras formas de associativismo, a fim de obter um poder local, por exemplo articulando entidades ligadas às políticas neoliberais, que atuavam nos mesmos problemas cruciais da realidade nacional² em que as ONGs agiam.

Diante dessa caracterização das ONGs são consideradas hoje integrantes e propulsoras do chamado terceiro setor³, dando a ele um novo perfil, distinguindo-o como “privado porém público” (FERNANDES, 1994).

Podemos então classificar como componentes desse setor: as ONGs (de diversas áreas e propósitos), as instituições religiosas, entidades de filantropia empresarial (como, por exemplo, a Fundação Roberto Marinho, Fundação Bradesco, entre outras), os movimentos políticos (As Mães da Praça de Maio, Amnesty Internacional) e as atividades de solidariedade individual, movimentos sociais de identidade (como os movimentos feministas, *gay*, étnicos etc.).

² Como, por exemplo, com crianças em situação de risco, alfabetização de jovens e adultos etc.

³ Consideramos incoerente a utilização, após estas explicações sobre a trajetória das ONGs no Brasil, do termo “não-governamentais”, pois na caracterização atual as ONGs não estão mais contra o governo, portanto não precisam demonstrar que não fazem alianças com o governo quando na verdade o fazem. Apesar disso, essa terminologia é mantida até os dias de hoje.

Como se vê, o terceiro setor tornou-se notório principalmente com a redemocratização do Brasil, no processo denominado “Reforma do Estado”⁴, levando o país a aproximar-se dos sistemas que regem os países considerados “desenvolvidos” (avaliados segundo a sua economia, sendo desenvolvidos por conseguir responder positivamente ao que o capitalismo exige). Para tal, a reforma deveria “liberar, desimpedir e desregular a acumulação de capital, fazendo prevalecer à lógica da concorrência hegemônica e neoliberal” (MONTAÑO, 2002).

Dentro do modelo neoliberal⁵ as políticas sociais oferecidas pelo Estado são vistas como algo não lucrativo, que esvaziam os cofres públicos sem oferecer retorno algum. Todos os serviços oferecidos, quando considerados bons (na lógica neoliberal, lucrativos), tornam-se privados, por exemplo os planos de saúde, a previdência social, a educação.

Já os projetos que não oferecem lucro permanecem no Estado ou migram para o terceiro setor, sendo oferecidos apenas a uma minoria, com um serviço de baixa qualidade. Essas transferências acontecem, segundo Montaña (2002), seguindo três conceitos de operacionalização:

- primeiro ocorre a descentralização: a transferência de decisões para as unidades subnacionais, como a delegação de autoridade a administradores mais baixos, atividades sociais, como educação básica e saúde, e atividades de segurança local; segundo o Estado, quando realizadas descentralizadamente podem ser feitas com um controle muito maior por parte da população;
- segundo, os serviços que não foram privatizados começam a ser prestados pelas organizações sociais: estas recebem algumas das funções não supridas pelo Estado e pelas unidades subnacionais, e

⁴ Reforma baseada no “Consenso de Washington” (1989), no qual foram concebidas as medidas neoliberais para a reforma e a estabilização das economias emergentes. Seu objetivo era dar respostas às questões vitais para o desenvolvimento dos países e redefinir o percurso a ser seguido para alcançá-lo; esses pressupostos são levados por órgãos como, por exemplo, Banco Mundial (BARONE, 2000).

⁵ Entendemos como neoliberal uma política que tem por objetivo central favorecer o mercado, dentro da intervenção estatal, e que privilegia a liberdade individual, liberdade de mercado, pois o mercado é visto como uma regulação do capital e do trabalho, enquanto as políticas públicas seriam as causadoras das crises na sociedade (MONTAÑO, 2002).

passam a se responsabilizar pelo desempenho das atividades sociais e científicas deixadas de lado pelo Estado;

- por último o Estado firma parcerias: parcerias com as organizações sociais, mediante apoio na legislação, como estímulo à ação cidadã. Nesse final percebe-se claramente a desresponsabilização do Estado e a efetivação da transferência dos serviços de seguridade social para o terceiro setor.

O Estado realiza todo esse processo às escuras, tornando-se irresponsável pelos serviços sociais/políticas públicas, criando na população o entendimento de que o Estado seria burocrático, ineficiente, corrupto, rígido e em crise fiscal, o que possibilita um crescimento abrupto do terceiro setor, que, por oferecer os serviços sociais que de direito deveriam ser oferecidos pelo Estado, passa a ser conhecido pelo senso comum como dinâmico, democrático, popular, flexível e que atende às particularidades regionais e categoriais. Assim, todos os serviços sociais passam a ser atendidos, e segundo os seus usuários com serviços qualitativamente melhores do que os oferecidos pelo Estado – e é dessa forma que, para os usuários, os serviços prestados pelo terceiro setor se tornam necessários e, em certa medida, indispensáveis, uma vez que o Estado deixa de cumprir seu papel como provedor dos serviços sociais básicos.

Portanto, o Estado, com o surgimento do terceiro setor, passa a ter como função apenas legitimar e dar condições para o mercado estruturar-se e oferecer os serviços que o setor privado não pode fornecer⁶, e por isso a presença desse setor se torna possível.

Diante dessa nova organização social pode-se inferir que existem ao menos dois setores: o Estado, em que tudo que é público; e o mercado, em que tudo o que é privado. Sendo considerados autônomos, então todas as questões de ordem econômica podem ser despolitizadas no interior do mercado, enquanto estatais são os processos da política formal, “deseconomizados”. O terceiro setor funciona, então, como algumas atividades sociais que podem tanto ser despolitizadas quanto deseconomizadas, sendo entendido como público ou privado.

⁶ O Estado continua oferecendo esses mesmos serviços como um complemento ao terceiro setor, pois atende somente a uma minoria da população segundo sua renda *per capita* (considerada mínima em relação aos outros); além disso, seus serviços são considerados de baixa qualidade.

Essa separação defendida pelos neoliberais deixa à mostra que os setores não dialogam entre si, entretanto seria discrepante entender isso como se esses “setores” estivessem separados, pois tudo que gira em torno do Estado diz respeito tanto à sociedade civil quanto ao mercado, e assim sucede aos outros “setores”: todos dialogam entre si favorecendo ou não a atuação do outro, então não existe separação, na realidade (MONTAÑO, 2002).

Podemos inferir desses entendimentos que todas as ações desenvolvidas existem para suprir as necessidades coletivas, sendo que essas necessidades deveriam ser supridas pelo Estado.

1.1 Educação e Terceiro Setor

Diante da transformação econômica ocorrida no país, que resultou também em transformações sociais e políticas, a educação adquiriu uma nova conotação, fazendo com que tivesse de adaptar-se às necessidades dos “novos tempos, da nova ordem”, seguindo as orientações neoliberais⁷.

A “nova ordem” exigiu, de todos, novas ações políticas e um novo olhar sobre o mundo; houve a internacionalização, mundialização e globalização dos mercados econômicos, levando os países considerados subdesenvolvidos a redefinirem o papel do Estado.

As adaptações pelas quais a educação passou estavam principalmente ligadas aos seus valores de ideais e de comportamentos, seguindo um novo modelo, o da acumulação de capital. Todas as transformações ocorridas tiveram como fomentadores órgãos internacionais, como, por exemplo, o Banco Mundial (BARRETO SILVA, 2001).

Muitas das transformações ocorridas na educação foram consequência do esfacelamento das políticas públicas⁸, a exemplo das de caráter social, que vêm sendo constantemente mercantilizadas.

Essa mercantilização levou a educação não só às instituições privadas, mas também ao terceiro setor. O Estado passou a oferecer os seus serviços, a partir de então, em razão do poder diferencial das “clientelas” com o objetivo de pacificar áreas conflitivas.

⁷ A proposta neoliberal para a educação, como vimos, faz com que a esfera privada seja ampliada em detrimento da esfera pública, transformando o Estado em um órgão ineficiente em contraposição à eficiência do mercado.

⁸ O Estado reduz o custo, os encargos e os investimentos públicos na educação.

O processo de transferência da responsabilidade pela educação do Estado para o terceiro setor começou por meio do chamado Desenvolvimento da Comunidade (DC), na década de 40, na forma de muitas campanhas pela educação dos adolescentes e dos adultos; essas campanhas buscavam a integração da população ao desenvolvimento econômico. Quando comparado aos países considerados desenvolvidos, o Brasil ainda era considerado subdesenvolvido. Essas campanhas tiveram o intuito de ajudar os países “subdesenvolvidos” e eram patrocinadas por países caracterizados como grandes potências, como os Estados Unidos, mas na verdade havia por parte desses países um interesse em impedir o avanço da ideologia comunista.

Outro motivo que levou esses países a se aproximarem do Brasil foi a reafirmação de suas posições como países hegemônicos e a expansão de suas propostas neoliberais; para isso foram estruturados órgãos capazes de difundir esses ideais pelos países subdesenvolvidos, servindo como exemplo a ONU, entre outros.

Entretanto, esse movimento de expansão da hegemonia dos países desenvolvidos ficou menos evidente com o fim do governo de Juscelino Kubitschek, a partir do qual surgem no Brasil movimentos contrários à dominação imposta pelas grandes potências e também pelo Estado, movimentos estes que trabalhavam em prol da libertação.

A educação, diante desse contexto, não passaria mais a ser concebida para a “alfabetização e/ou escolarização entrecortada pela politização, assumindo um caráter político de trabalho” (BARRETO SILVA, 2001). Num primeiro momento, ela serviu para desenvolver o homem explorado, por meio das campanhas de desenvolvimento das comunidades, mas num segundo momento sua posição era a de buscar autonomia fora do âmbito da máquina estatal. Atualmente, a educação é considerada uma das áreas-chave para enfrentar os novos desafios gerados pela globalização e pelo avanço tecnológico na era da informação.

Considerando a redemocratização do Estado, para efetivar os preceitos neoliberais e a mudança nas tônicas das políticas sociais o Estado ampliou o “acesso” à educação com a expansão da rede física em detrimento dos aspectos qualitativos, associado à insuficiência de recursos, burocratização do sistema, privatização e clientização da política educacional.

Para suprir a falta de qualidade algumas medidas do Estado visavam à flexibilização do sistema educacional, de forma que conseguissem diminuir a repetência e a evasão escolar, adequando assim os conteúdos disciplinares à população-alvo. Toda a reforma do

sistema de ensino esteve articulada ao modelo da reforma do Estado. Para isso, serviria uma reforma que não aumentasse as despesas, procurando adequar o sistema educativo às orientações e às necessidades da economia considerada mundial, das grandes potências.

A educação passa a ser entendida como uma superadora da miséria, meio para buscar uma vida mais justa aos excluídos. Sendo assim, a educação, não suprida pelo Estado, amplia seus espaços fora da escola e avança em espaços alternativos como os do terceiro setor.

Os espaços onde se desenvolvem as atividades educacionais no terceiro setor podem ser: associações de bairro, organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, igrejas, sindicatos e partidos políticos, ONGs, espaços culturais e as próprias escolas. Essa educação não-formal⁹ passou a ser alvo de discussões e de muitos interesses tanto políticos quanto mercadológicos (produção de vagas empregatícias) (GOHN, 2001).

Definimos aqui como educação toda forma de ensino, aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos, seja pela leitura, interpretação, assimilação dos fatos, eventos e acontecimentos que os indivíduos participaram, de forma isolada ou em contato com grupos e organizações.

Hoje em dia tem-se percebido que essa educação “não-formal” está ligada diretamente às camadas sociais mais pobres da população brasileira, pois quando se enfatiza a educação dos componentes dessas camadas existe uma busca incessante pela sua qualificação para atender às demandas por mão-de-obra para o mercado, aumentando assim a produtividade e a competitividade no sistema econômico, sendo essas características marcas de uma economia de mercado em crescente processo de globalização.

Na Educação Física a atuação nesses espaços ocorre muitas vezes num segundo tempo, o oposto à escola, com um caráter educacional, e muitas vezes complementa as lacunas deixadas pela educação escolar, ou se encarrega por atividades de cunho esportivo, recreação ou do lazer.

Entretanto, esse campo de investigação ainda se apresenta muito nebuloso, pois não existem estudos mais aprofundados ou até mesmo superficiais do tema “Terceiro setor e Educação Física”. Até o momento, os pesquisadores da Educação Física não se atentaram a essa

⁹ Na educação física consideramos como educação não-formal todas as manifestações ocorridas fora da escola, como em academias, clubes, em recreações e também no terceiro setor.

“nova ordem mundial”, a fim de conhecê-la e esmiuçar sua história, as ideologias que sustentam ou que negam a sua existência, para assim, melhor entendê-la.

Para tanto, nos próximos capítulos tentaremos expor um dos porquês dessa escassez de investigações nesse campo, “terceiro setor e educação física”, evidenciando o contato que os alunos dos currículos desenvolvidos na FEF-Unicamp tiveram com esse setor.

2. A Construção do Novo Currículo na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas

A Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-Unicamp) foi criada em 1985, oferecendo no nível de graduação o bacharelado em Técnicas Desportivas e o bacharelado em Recreação e Lazer, assim como a formação em licenciatura.

Sua formulação foi baseada na resolução CFE n. 69/69 e também na n. 9/69; esta exigia a inclusão de matérias pedagógicas na formação do licenciado – didática, psicologia da educação, estrutura e funcionamento do ensino e prática de ensino (estágio supervisionado em escolas das comunidades) –, o currículo segundo essa resolução teria a duração mínima de três anos e com 1.800 horas de aula, sendo essas mudanças um diferencial do modelo curricular já existente.

Em 1987 foi promulgada a resolução CFE n. 3, e em seu texto percebemos uma diferença da resolução anterior (n. 69/69), pois nesse momento definiram que os currículos da Educação Física deveriam atender a duas grandes áreas: a formação humanística e a formação técnica¹⁰, com características mais gerais e com no mínimo quatro anos de duração.

Como exemplo dos novos desenhos curriculares proporcionados pelas mudanças citadas, houve a inclusão de novas disciplinas e/ou aumento de cargas horárias de disciplinas já existentes, como por exemplo Antropologia, Filosofia, Aprendizagem Motora, Produção de Monografia, entre outras.

Após essas mudanças, os currículos da FEF-Unicamp, a partir do ano de 1990, ficou organizado da seguinte forma: ofertava ao ingressante do curso a formação no período integral ou noturno na modalidade de bacharel – modalidade Treinamento em Esportes, podendo atuar como técnico em esportes, administrador esportivo, assessoria técnica, pesquisa em Educação Física e esportes.

¹⁰ A resolução n. 3 de 1987 não especifica quais são as disciplinas que deveriam conter nessas duas grandes áreas, oferecendo liberdade para cada faculdade de educação física deliberar sobre as disciplinas obrigatórias do seu currículo de formação (BÁSSOLI DE OLIVEIRA, 2006).

A graduação em período integral ofertava também a formação de bacharel em Recreação e Lazer, atuando na pesquisa científica, planejamento, administração de projetos ligados ao fenômeno psicossocial recreação e lazer, tanto em instituições públicas como privadas. Na licenciatura, sua atuação aconteceria ligada ao planejamento, execução e avaliação da disciplina Educação Física no ensino formal, nas escolas de primeiro e segundo graus.

Entretanto o curso noturno teve incorporado ao seu currículo a formação em licenciatura somente em 2000¹¹, dando ao futuro profissional a mesma formação da pensada ao período integral para essa área, só que com uma carga horária menor.

Junto com as mudanças das resoluções existia, na FEF – Unicamp um movimento desde o final da década 1990 a Coordenação de Graduação da FEF iniciou um processo de diagnóstico do curso, visando avaliar e apontar novos caminhos para a formação dos estudantes em Educação Física da faculdade. Organizados em pequenas comissões, buscava-se a elaboração dos eixos norteadores do curso e no futuro realizar todas as mudanças necessárias (MONTAGNER, DAOLIO, 2006).

Após um longo período de mudanças no currículo de formação dos cursos de Educação Física e na legislação que a norteia, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n. 9.394/96. Houve uma revisão geral das leis complementares, das diretrizes curriculares, e estas sofreriam uma revisão e adequação do seu novo direcionamento.

Com isso, foram iniciadas muitas discussões e muitos documentos, chegando por fim: para a formação do licenciado, resoluções CNE n. 1 e n. 2, de 2002, e para o bacharel em Educação Física a resolução CNE n. 7, de 2004.

A resolução n. 7, de 31 de março de 2004, apresenta:

O profissional em Educação Física tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas,

¹¹ Ver *Catálogo de graduação* correspondente ao ano e aos demais anos, disponíveis no *site* <www.dac.unicamp.br>. Consta nesse *site* catálogos desde 1998 até 2007. Esses catálogos estão disponíveis também na Biblioteca Central da Unicamp e na Biblioteca da FEF-Unicamp.

recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas¹².

No entanto, caberia à instituição de ensino superior (IES) a organização curricular do curso de graduação em Educação Física, articulando as unidades de conhecimento de formação ampliada, que abrangeriam a relação ser humano–sociedade, biológica do corpo humano e produção do conhecimento científico e tecnológico; e uma formação específica, que contemplava as dimensões culturais do movimento humano, técnico-instrumental e didático-pedagógico.

Todas essas mudanças deveriam oferecer ao futuro profissional em bacharel na Educação Física uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética.

As resoluções CNE n. 1 e n. 2/ 2002 tratam do processo formativo do professor, e apontam para uma real preocupação na formação específica do educador para a educação básica, regularizando a duração e a carga horária das licenciaturas, assim como a prorrogação de prazo para a implantação das licenciaturas.

O educador, mediante essas leis, deveria estar qualificado para a docência desse componente curricular na educação básica, tendo como referência a legislação do Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como as orientações específicas para essa formação tratadas nessas resoluções.

A formação do profissional da educação, ou seja, o professor da educação básica, passou a ser concebida da seguinte forma: teria uma carga horária mínima de 2.800 horas, com 400 horas de práticas pedagógicas curriculares (estas deveriam ter início desde o primeiro semestre de funcionamento do curso, favorecendo a aproximação do acadêmico com o lócus de intervenção profissional), 400 horas de estágio curricular supervisionado (com início somente na segunda metade do curso), 1.800 horas para conteúdos curriculares de natureza científico-cultural e 200 horas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Resumidamente, pode-se caracterizar o processo da formação do licenciado como preocupado em oferecer aprofundamentos sobre o ser humano, a sociedade e a educação,

¹² Texto obtido a partir do *site* <http://www.cmconsultoria.com/legislacao/resolucoes/2004/res_2004_0007_CNE_CES.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2007.

com uma visão macro e ao mesmo tempo específica. Isto é: ampliar o entendimento da teoria e da prática, segundo as resoluções CNE n. 1 e n. 2/2002.

Diante desse contexto de transformações na legislação, intensificou-se a busca por mudanças curriculares no curso de Educação Física da Unicamp, e no ano de 2004 formou-se na FEF um grupo denominado “Comissão de Ensino Ampliada”, que contava com a interação entre os docentes e os discentes em busca da nova transversalidade exigida pelo currículo que norteia o instituto, olhando para a LDBEN e também para a história, para os valores e para os interesses da faculdade. A implantação desse projeto foi realizada em 2006, estando, atualmente, a primeira turma militante desse currículo no segundo ano de curso.

A reformulação curricular proposta pela Comissão Ampliada tinha como principal ponto de partida a ênfase no que os participantes da comissão deveriam entender por um projeto político-pedagógico:

Um Projeto Pedagógico é, explicita ou implicitamente, um Projeto Político. O objetivo é o de manifestar uma determinada visão da sociedade, de ser humano e de Universidade, visão esta, que é em essência, política, e que implica determinadas intervenções. Portanto, um Projeto Pedagógico deve ser plural, dinâmico, considerando, inclusive, possíveis tensões, porque expressa em sua estrutura variados interesses. Pensar num currículo de graduação para uma Universidade Brasileira Pública implica considerar o desenvolvimento científico – tecnológico mundial e, ao mesmo tempo, voltar-se as discussões de questões nacionais, valorizando as manifestações culturais do Brasil e propondo soluções para os vários problemas de sua população, contribuindo, assim, para a construção da cidadania. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2005, p. 6-7).

Mediante a leitura do Projeto Pedagógico FEF-Unicamp, traçamos os pontos principais utilizados para a reformulação do currículo: o novo currículo teria como meta a extinção da dicotomia existente na formação de bacharéis e licenciados, ou seja, ambos teriam a capacidade de desenvolver princípios educacionais independentes da sua área de atuação, sendo no ensino formal ou em outros setores de atuação profissional, porque teriam uma formação sólida na área de conhecimento em que estão inseridos.

Outro ponto levantado foi a criação dentro do currículo de diversas relações: a primeira com a pesquisa – esta serviria como mediadora da formação, possibilitando o acesso aos conhecimentos produzidos na área –; a segunda com a extensão – que ofertaria a possibilidade de interagir com a comunidade –; e por último a relação com campos de atuação profissional – como consideram o currículo dinâmico, na área do campo profissional, buscava-se uma relação mais

crítica com as áreas de intervenção profissional, dialogando com o mercado e problematizando-o no campo de atuação, interferindo e criando novas possibilidades profissionais.

Em sua estrutura o novo currículo contaria com um núcleo, composto por 70% do curso, e seu objetivo é atender a todas as possibilidades de atuação. Seguindo esse raciocínio, os 30% restantes seriam divididos, segundo a opção do aluno do curso de Educação Física da Unicamp, em grupos de disciplinas específicas, sendo uma opção a da licenciatura em Educação Física – que prepararia os futuros profissionais para atuar na educação básica ou atuar em instituições que desenvolvem programas educacionais – e a outra opção a graduação em Educação Física¹³ – na qual o profissional atuaria no campo do esporte, lazer, atividades para diversos grupos sociais, clubes, hospitais, ONGs, centros esportivos, empresas, redes de hotelaria, clínicas, academias, entre outros.

Então, para cumprir com essa estrutura foram propostos eixos temáticos, a saber: Ciências Biológicas e da Saúde Aplicadas à Educação Física, Ciências Humanas Aplicadas à Educação Física, Ciências Exatas Aplicadas à Educação Física, Educação e Escola, Educação Física Escolar, Conhecimentos Clássicos da Educação física (jogo, ritmo e expressão, ginástica, luta, dança e esporte), Conhecimentos Aplicados à Educação Física (basquetebol, futebol de campo, futsal, ginástica geral, artística, rítmica e competitiva, handebol, natação, voleibol, esporte de raquetes, entre outros), Lazer, Educação Física Adaptação e Saúde, Treinamento Desportivo, Estágios e práticas como componente curricular, Pesquisa Científica – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Esses eixos possibilitaram o desenvolvimento dos conteúdos em grandes temas definidos por um conjunto de disciplinas, trabalhando assim todas as interfaces, diferenças e profundidades teóricas.

Dentro desses grandes eixos foram escolhidas algumas disciplinas para a avaliação do tema “Terceiro setor e atuação do profissional em Educação Física”, fazendo uma investigação por meio das entrevistas com os responsáveis pelas disciplinas integrantes do novo currículo, escolhidas após a leitura de suas ementas. As disciplinas encontradas foram:

- **EF 112: História da Educação Física;** introdução aos estudos da história e historiografia da Educação Física e do esporte. Componente do núcleo comum.

¹³ Nome modificado pela Comissão Ampliada, substituindo o termo “bacharel”, seguindo orientações legais.

- **EF 521, 621: Estágio Supervisionado em Educação Física I, II;** atividades de estágio que propiciem ao professor em formação o contato com experiências, práticas e conhecimentos próprios ao campo profissional. Componente do núcleo comum.
- **EF 531: Lazer e Planejamento;** compreensão dos elementos técnicos para o planejamento do trabalho do profissional de Educação Física considerando-se o conhecimento dos fundamentos teóricos e o campo do lazer. Componente do núcleo específico do graduado em Educação Física.
- **EL 774, 874: Estágio Supervisionado I e II;** desenvolvimento de atividades de estágio, atividades de imersão no campo de trabalho, que propiciem ao professor em formação o contato com experiências, práticas e conhecimentos da natureza profissional. Componente do núcleo específico da licenciatura.
- **EF 711: Lazer e Sociedade;** estudo das relações lazer e sociedade e suas implicações contemporâneas. Componente do núcleo comum.
- **EF 723: Educação Física Escolar Especial;** estudo das concepções e dos procedimentos pedagógicos da Educação Física relacionada à Educação Física Escolar Especial. Componente do núcleo específico da licenciatura.
- **EF 832: Políticas Públicas em Educação Física;** estudo das políticas públicas em Educação Física, esporte e lazer e suas implicações na sociedade. Componente do núcleo específico do graduado em Educação Física.

A escolha das disciplinas para essa investigação, cuja temática é “Terceiro setor e atuação do profissional de Educação Física”, teve como critério o seguinte apontamento: acreditamos que nas disciplinas exista um fundamento teórico que vem de áreas que discutem o tema, além do terceiro setor ofertar ao direcionamento dessas disciplinas novos significados, novos entendimentos e um novo percurso a ser traçado. Por exemplo, no lazer o terceiro setor é

um componente importante para ser discutido, por ter atrelado à sua manifestação atividades ligadas a essa modalidade.

Outro exemplo é a disciplina Educação Física Especial, pois ao conhecermos a história da educação nesta área percebemos num primeiro momento o desenvolvimento dessa educação em espaços do terceiro setor como as ONGs. Um exemplo disso é a Associação dos Pais e Amigos do Excepcionais (APAE), que desenvolve trabalhos educacionais com deficientes mentais. A educação especial está ganhando seu espaço dentro da escola formal, mas não deixou de existir dentro dos espaços não-formais.

A escolha da disciplina Políticas Públicas em Educação Física foi feita por considerar que uma das implicações da desresponsabilização do Estado nas políticas sociais afeta diretamente o papel da Educação Física dentro do terceiro setor, e isso conseqüentemente reflete na sociedade.

Nas práticas de estágio, quando falamos em educação consideramos a educação presente em todas as possibilidades de atuação do profissional de Educação Física e uma delas está nos espaços do terceiro setor.

No capítulo seguinte faremos a análise das entrevistas dos responsáveis pelas disciplinas listadas.

3. Educação Física e Terceiro Setor: possíveis diálogos na formação curricular

O lócus determinado para a investigação foi o curso de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e foram escolhidas nove disciplinas, citadas no capítulo anterior, pela percepção em suas ementas da possibilidade de discussão da temática “Terceiro setor e atuação do profissional de Educação Física”.

As informações de quem ministraria as disciplinas foram cedidas pela Coordenação de Graduação da Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp, e algumas dessas disciplinas já estão em funcionamento e já têm um professor fixo; outras, porém, ainda não estão em funcionamento porque o novo currículo está chegando ao seu segundo ano – entre os quatro/cinco anos de formação para a primeira turma militar nesse currículo –, não havendo ainda perspectiva de qual professor será responsável pela disciplina.

Um primeiro contato com os responsáveis aconteceu via e-mail, ao enviarmos uma carta de apresentação, contendo os dados do responsável por realizar a entrevista, os motivos dessa realização e as questões que seriam abordadas, e com isso verificar se existia ou não, por parte do entrevistado, algum interesse em participar da investigação.

Diante disto obtivemos como respostas dos e-mails apenas duas confirmações de interesses, essas pessoas responderam rapidamente e já marcaram o dia e a hora para acontecer a investigação. No entanto, alguns professores foram procurados pessoalmente., mas só foi possível entrevistar um.

Dentro das nove disciplinas escolhidas conseguimos entrevistar somente três professores. Alguns deles ministram mais de uma disciplina entre as nomeadas para este trabalho. Ficamos impedidos de realizar mais entrevistas em virtude dos desencontros de horários e em vista dos inúmeros compromissos dos possíveis entrevistados.

As disciplinas cujos responsáveis foram entrevistados são: História da Educação Física, Lazer e Sociedade, Lazer e Planejamento e Políticas Públicas em Educação Física.

Nesta análise nomeamos os entrevistados como Sujeito 1, Sujeito 2 e Sujeito 3, objetivando manter em reserva suas identidades e facilitar a discussão dos resultados.

A entrevista proposta estava semi-estruturada em quatro questões. Foi perguntado ao professor: 1) qual a sua concepção de “terceiro setor” e, diante de seu entendimento, 2) qual o papel do profissional de Educação Física nessa área de atuação; e como 3) o novo currículo e 4) a disciplina que ele ministra ou vai lecionar oferece condições para tratar desse assunto.

Dentro dessas questões o entrevistado poderia discorrer sobre o que achasse importante para a discussão.

Analisaremos a seguir as respostas dos sujeitos separadamente, num primeiro momento das análises apresentaremos os sujeitos para depois mostrar qual o seu posicionamento de cada um em relação ao tema “Terceiro setor e atuação do profissional de Educação Física”.

Sujeito 1: Graduou – se em educação física depois seguiu o caminho acadêmico com o mestrado na área da educação, com o tema do jogo de tênis na escola, e por fim em seu doutorado teve como linha de pesquisa, e a mantêm até hoje, as inter – relações do lazer na sociedade.

Esse sujeito foi um dos que mostraram interesse rapidamente via e-mail, durante a entrevista manteve-se bastante concentrado para responder as questões, pois pensava muito na resposta, sua entrevista durou em média dez minutos.

Diante da primeira questão vê o mundo, a sociedade, conduzido pelas organizações, sendo todas as relações caracterizadas, em torno da sociedade, por organizações de interesses. Num primeiro momento essas organizações eram dominadas pelas classes dominantes pelo Estado, que mais tarde evoluíram e junto a esses poderes surgiram organizações de grupos isolados, que ganharam legitimação e espaço junto ao poder estatal.

Para o Sujeito 1 essas novas organizações existem tanto ligadas aos governos como às organizações civis e ligadas a organizações privadas, todas recebem o incentivo público por meio de leis.

O terceiro setor, “que não é de iniciativa pública, políticas públicas, nem de iniciativa privada, mas sim de um outro grau de organização que vem de um plano mais baixo, que vem do povo, vem dos interesses das pessoas” (SUJEITO 1), surge advindo daquelas organizações, mas assumindo um novo papel: o de suprir as necessidades do povo que o Estado não dá conta de suprir.

Outra forma de entender a expressão, para o Sujeito 1, aparece através da evolução do trabalho. Ele entende que o trabalho antes era agrícola, e de repente se tornou manipulação dos materiais da Terra.

Num terceiro momento, na era da sociedade industrial, o trabalho necessita de uma técnica mais apurada do que a realizada na agricultura; dentro desse trabalho industrial surge o terceiro setor, “que é o oferecimento de serviços, a sociedade evoluindo à medida que a necessidade de um emprego aparecia este era suprido pelo terceiro setor” (SUJEITO 1).

Dentro do que o entrevistado entende por terceiro setor, ele acredita que o papel do profissional em Educação Física, quando se agrega a uma organização, e se o objetivo desta for educacional, tem o seu espaço nesse tipo de organização como qualquer outro educador de qualquer outra área, sendo seu trabalho considerado importantíssimo.

Em relação às últimas questões do novo currículo e de sua disciplina ofertar ou não condições para tratar o tema “Terceiro setor”, o Sujeito 1 mostrou-se empenhado em dar subsídios da discussão do tema para seus alunos, pois na disciplina que ministra faz uma abordagem das administrações nesse campo de trabalho. Considera importante essa discussão por ver no mercado de trabalho muita demanda para o terceiro setor, e que o oferecimento de serviços em Educação Física, nesse setor, pode acontecer de maneira muito ampla e diversa, sendo fundamental; vê ainda no futuro muito dessas organizações.

Sujeito 2: Graduou – se em administração de empresas, no seu caminho acadêmico realizou o mestrado nas ciências sociais e o doutorado em administração.

Esse sujeito não respondeu ao e-mail, mas foi abordado pessoalmente, no momento da aproximação já se disponibilizou para ser entrevistado, contanto que fosse muito rápido, e assim o fez ao responder as questões e ainda enquanto respondia conversava com outras pessoas, sua entrevista durou em média cinco minutos.

Este entende como terceiro setor algo que não é nem o primeiro nem o segundo, sendo o primeiro privado, o segundo o público. O terceiro setor seriam ONGs, fundações, autogestão, cooperativas, entre outros.

Para ele o papel do profissional em Educação Física dependeria das atividades por ele a serem desempenhadas. Diz o Sujeito 2: “por exemplo, se você tem um condomínio cheio de casas e o condomínio tem um clube, o condomínio contrata um profissional de Educação Física pra dar aula nesse condomínio, ele pode estar sendo contratado pela CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], mas na realidade ele está trabalhando para uma associação, você pode pensar que isso é terceiro setor, na verdade o que vai definir o papel do educador físico vai ser a característica específica e o nicho do terceiro setor em que ele está atuando”.

Ao ser questionado sobre o novo currículo e a disciplina que ministra como componentes importantes ou não para a discussão do tema, o Sujeito 2 acredita que esse tipo de discussão tem de ser tratada transversalmente; se considerada importante, coloca-se tópicos sobre isso em várias disciplinas, para isso a graduação deveria fazer um projeto que recolocasse dentro de algumas disciplinas que tenham a ver com a discussão do tema.

Segundo o Sujeito 2, não é possível existir uma disciplina de terceiro setor, podendo assim fazer um esforço para transversalmente tocar esse tema em várias disciplinas. Acha as questões importantes, mas para ele seria melhor se todo o currículo já estivesse funcionando, pois quando se tem funcionando metade do currículo novo e ainda metade do antigo currículo não existe a possibilidade de aplicar temas transversais, pois ficaria muito confuso, com pessoas militantes dos diferentes currículos entrando em contato com diferentes conteúdos.

Sujeito 3: Em seu histórico acadêmico tem uma graduação em educação física com mestrado em história, política e sociedade, o seu doutorado foi realizado na área da educação. Hoje em dia suas áreas de atuação giram em torno de temas ligados a ciências humanas, política, políticas públicas, educação física, ensino, esporte e lazer.

Esse sujeito respondeu o mais rápido possível ao e-mail e durante a entrevista não estava preocupado com o tempo de duração da mesma, sua entrevista durou em média vinte minutos.

Este compreende como terceiro setor aquele que fica entre a ação do poder público e a ação privada, o que hoje se configura nas ONGs, nas organizações com

personalidades jurídicas de direito privado (OCIPs), mas que se valem muitas vezes de serviços públicos para atuarem e darem conta de suas ações.

Esse setor, para o Sujeito 3, significa um processo de amadurecimento de uma visão da sociedade civil, de participação de enfrentamento das questões sociais, considerando isso como algo muito bem-vindo, como pode significar também um processo de desresponsabilização do Estado e dos governos sobre ações que seriam de sua alçada em nome desses outros segmentos, dessas outras entidades, instituições, o que não é bom.

Há hoje, diz o Sujeito 3, no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, porque existe uma tese de que elas perderam o direcionamento daquela primeira possibilidade, de um amadurecimento da sociedade num sentido de importância da sua participação do enfrentamento dos desafios da nossa sociedade, e muito mais uma forma de o Estado abrir mão daquilo que é de sua responsabilidade.

Ao afirmar essas características do terceiro setor compreende que o papel dos educadores, formados em Educação Física, nessas organizações no sentido amplo do termo seria o de colaborar nesse processo de educação de desenvolvimento humano, de emancipação humana.

Portanto, o papel do educador físico, diz o Sujeito 3, estaria associado ao campo da educação, com sua intervenção como educador tratando da dimensão da nossa cultura nas aulas, chamadas de cultura corporal, ao fazer parte desta, levando a população a ter ampliada a sua autonomia esportiva, a sua autonomia de práticas corporais, de compreensão e de prática sociais, no sentido de construção, uma dimensão da cidadania como um todo.

Tratando nossas aulas dessa maneira o cidadão não seria um consumidor de práticas corporais, assim não confundiremos cidadania com consumidor. Cidadão não é o consumidor, mas é aquele que tem plena consciência e plena possibilidade de dar vazão aos seus direitos sociais e de ter acesso ao patrimônio material e cultural produzido pelo homem; a cultura corporal faz parte desse patrimônio, então lidar com isso no universo no processo educacional é o que deve ser o papel do profissional em Educação Física.

Para as últimas interrogações o Sujeito 3 observa que quando tratamos do humano, do movimento humano, este dotado de intenção, de sentidos e de significados, a compreensão do sentido e do significado desse movimento numa perspectiva histórica é fundamental para esse trabalho.

Portanto, o novo currículo, diz o Sujeito 3, oferece condições pra isso e traz componentes curriculares que dão conta disso, pois acredita que exista na FEF-Unicamp um corpo docente que dá conta disso. Há a presença de componentes que permitiriam uma visão ampliada do humano, presente nesse momento.

Para o entrevistado todas as disciplinas que estão diretamente ligadas ao universo das ciências humanas e sociais têm uma relação próxima à ação que pode ser desempenhada pelo profissional da Educação Física no terceiro setor.

Um dos papéis de atuação do profissional de Educação Física dentro de uma organização pode ser o trabalho na lógica da gestão pública, da gestão governamental, da gestão de políticas privadas ou públicas, formação continuada dos agentes comunitários, na configuração de programas e de projetos sociais.

Para tal condição existem disciplinas por ele consideradas importantes na formação desse profissional, tais como: Políticas Públicas, Planejamento em Lazer, Teorias da Educação Física, Abordagens Filosóficas, Sociológicas e Antropológicas, História das Práticas Sociais, que compõem as práticas da cultura corporal, tudo aquilo que remete ao homem em movimento, ao ser humano concreto vivendo num determinado momento, numa determinada sociedade, e que colaboram muito para o trabalho dentro do terceiro setor.

Podemos observar pelas respostas que todos os entrevistados têm uma opinião diferente sobre a definição do terceiro setor. De forma resumida, o Sujeito 1 entende que tudo na vida gira em torno de alguma organização, o Sujeito 2 foi mais pontual, mostrando os componentes desse setor. O Sujeito 3, mostrou questões políticas, econômicas e sociais que permeiam e dão vida ao terceiro setor.

Somente uma das respostas quanto ao que é terceiro setor se aproximou da defendida nesse estudo, quando consideramos o terceiro setor fruto da desresponsabilização do Estado ante as políticas sociais.

O papel do profissional em Educação Física, para a maioria dos entrevistados, estaria ligado aos interesses dos espaços em que atuariam no terceiro setor; se for de âmbito educacional, seu papel seria também como educador, mas as respostas não especificam como exatamente seria esse papel, assim como o Sujeito 3 fez, ao dizer que o profissional em educação física poderia atuar na gestão pública, governamental, privada, formação continuada de agentes

comunitários e na configuração de programas e de projetos sociais, ofertando uma visão mais ampliada do tema.

Para todos os entrevistados o novo currículo oferece condições para tratar do tema e as disciplinas que ministram também; isso já nos traz um pensamento positivo, pois ao menos esse tema estaria sendo discutido, mas não nos livra do pensamento do como esse tema estaria sendo abordado durante as aulas.

O primeiro entrevistado já introduziu o tema em suas aulas, o segundo acredita que uma disciplina – podendo ser a que ministra ou outra – não teria como tratar desse assunto sozinha e que o melhor seria um trabalho transversal, cortando diversas disciplinas possíveis.

O Sujeito 3 complementa essa visão apresentando diversas disciplinas capazes de tal ação, principalmente as ligadas às ciências humanas e sociais.

Acreditamos que o objetivo central dessas entrevistas era criar uma problematização, nos professores entrevistados, questionando se o tema terceiro setor estaria ou não sendo discutido. Percebemos que todos os entrevistados se mostraram tocados pelas discussões que giram em torno desse setor, e quando foram pensar na resposta de qual entendimento tinham por terceiro setor, e o papel do profissional de educação física dentro dele, tiveram muitas dificuldades, levando-os a refletir no momento da resposta se aquela era sua posição final sobre o tema.

Conclusões

Não se pretende com este trabalho desmerecer o conhecimento de nenhum dos entrevistados quanto ao seu conhecimento sobre o Terceiro Setor. Porém, quando realçamos o crescimento das atividades de Educação Física realizadas nesse setor ainda vemos muitos profissionais ignorá-lo como se não afetassem sua vida profissional, e quando isso acontece com os formadores de educadores, com especificidade em Educação Física. A consequência apresenta-se na formação de diversos profissionais alienados aos significados do terceiro setor.

Quando houve a construção de um novo currículo na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-Unicamp), surge com o propósito de formar profissionais em Educação Física a fim de que o futuro profissional possua conhecimento e autonomia para trabalhar nos vários campos de atuação profissional (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2005).

Para essa formação temos como mediador entre teoria e práxis o professor/docente. Sabemos que a sua atuação é moldada de certa forma pelo currículo, pois estão diante da atribuição do seu papel segundo o currículo. Na práxis, é o professor que media aquilo que foi pensado para nortear o currículo, pois:

Ele analisará os significados mais substanciais da cultura nos quais os alunos têm acesso, então diante desta, deve reconhecer que esse papel tem consequências no momento em que se vai pensar em modelos apropriados de formação de professores, é pensar que o currículo, de algum modo, também orienta parte do tipo de formação que esse professor terá, na configuração de sua profissionalização, na sua atuação, na reconstrução dos conhecimentos e práticas prefiguradas pelos currículos escolares. (AROEIRA, 2006).

Quando aplicada a entrevista semi-estruturada os entrevistados mostravam quão difícil era explicar o tema, como se lhes faltasse um conhecimento mais aprofundado do tema, e isso iria refletir no decorrer das aulas da graduação, seja ela no núcleo comum ou específico. O tema poderia não ser citado, trabalhado, discutido, ou seria passado aos alunos um conhecimento de senso comum sem ir a fundo, mostrando seu surgimento, sua história e suas implicações para a sociedade.

Para mostrar a importância da discussão desse tema dentro e fora da sala de aula, temos alguns dados quantitativos do crescimento desse setor no Brasil, pois são mais de 250

mil ONGs no país, que movimentam R\$ 12 bilhões/ano oriundos da prestação de serviços, do comércio de produtos e da arrecadação de doações. Outro dado confirma a expansão: em 1995, entre as pessoas físicas, no Brasil, havia 15 milhões de doadores – pessoas que financiam projetos ligados aos espaços do terceiro setor através de donativos/dinheiro –, número que em 1998 já havia triplicado, chegando a 44,2 milhões de pessoas, ou 50% da população adulta brasileira¹⁴.

As funções ligadas à área de serviços – educação, serviços sociais, saúde e desenvolvimento – são de 64% dos empregados de terceiro setor. Já as funções expressivas – cultura, advocacia e ambiente – representam 32% do total. O restante, 4%, está disperso em outras funções. Na América Latina, as ligadas a serviços representam 72% do total e as expressivas 24%, segundo Setor 3 apud Comunidade Solidária (1998).

Ao depararmos com esses números, a situação torna-se preocupante caso pensemos no esquecimento, que pode vir a acontecer, por parte dos formadores de professores em Educação Física. Isso aumentaria a dificuldade em mostrar aos que são atendidos por esse setor a verdade sobre sua realidade, que advém das modificações e/ou redução da intervenção estatal, ocorrendo, por um lado, a transferência de suas responsabilidades para a iniciativa privada e para o terceiro Setor, e, por outro, seu atendimento em razão do poder diferencial das clientelas. Muitas vezes atribui-se ao próprio sujeito portador de necessidades a responsabilidade pela satisfação dos seus carecimentos ou a ajuda mútua (MONTAÑO, 2002).

Para tornar claro todas essas mudanças na política, consequência da “Reforma do Estado”, é preciso uma produção de conhecimento crítico por parte dos alunos, que ao se depararem com esse setor saibam do seu significado.

Um ponto importante deste estudo foi a tentativa de esmiuçar a educação ante o terceiro setor e as possíveis consequências que ele trouxe para dentro da escola, como esse setor, na área da educação, teve suas bases instituídas dentro do modelo de desenvolvimento da comunidade. Nesse modelo o ser humano é entendido como o responsável pelo desenvolvimento de seu país, e a comunidade o meio de estimular e implementar esses níveis de desenvolvimento. O investimento na educação desse ser humano iria instrumentalizá-lo para servir aos propósitos e interesses alheios, dos países desenvolvidos, sendo a comunidade um meio importante para a disseminação de uma política de modernização de valores e atitudes da população, a fim de

¹⁴ Para um maior aprofundamento das problematizações sobre o financiamento das ONGs sugerimos o filme *Quanto vale ou é por quilo*, de Sérgio Bianchi (2005).

ampliar o mercado de consumo e instrumentalizar técnicas e disciplinar o mercado de trabalho (BÁSSOLI DE OLIVEIRA, 2001).

O educar dentro dessa perspectiva, sendo ela desenvolvida em qualquer ambiente, passa a ser definido como:

Educar para a competitividade, educar para o mercado, educar para incorporar o Brasil no contexto da globalização. Tal visão restrita acabou por deixar de lado muitos dos valores que anteriormente vinham informando fazer educacional: educar para cidadania, educar para a participação política, educar para construir cultura, educar para a vida em geral. (HADDAD, 1998 apud BARONE, 2000).

Para o problema aqui investigado não pretendemos dar uma solução, mas para uma reflexão inicial a proposta explicitada pelo Sujeito 2 é muito interessante, o de se fazer um trabalho transversal dentro do novo currículo, atravessando diversas disciplinas, mas para isso os responsáveis por essas disciplinas teriam de comunicar-se, definindo estratégias para desenvolver o tema “Terceiro setor”, definindo-o e não deixando que ele perpassasse por todas as disciplinas de forma repetitiva ou superficial demais.

Esperamos que este trabalho tenha trazido algumas inculcações e que os instigue a investigar o tema a partir desses primeiros levantamentos, e que a Educação Física componente desse setor na forma de educadora tenha seu papel definido, contribuindo assim para a formação de cidadãos completos.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Célia M. *Gestão de projetos sociais*. 2. ed. São Paulo: AAPCS, 2000.

BARBOSA, R.; HOMRICH, L.; SOARES, J. C. et al. *Manual de diretrizes e orientações do programa segundo tempo*. Brasília: Secretaria Nacional de Esporte Educacional, 2006.

BARONE, R. E. M. Educação e políticas públicas: questões para o debate. *Boletim Técnico do Senac*, v. 26, n. 3, set./dez. 2000. Disponível em: <www.senac.br/informativo/BTS/303/boltec303e.htm>. Acesso em: 26 out. 2007.

BARRETO SILVA, R. Educação comunitária: além do Estado e do mercado? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 112, p. 85-97, mar. 2001.

BÁSSOLI DE OLIVEIRA, A. A formação profissional em educação física: legislação, limites e possibilidades. In: SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Orgs.). *Formação profissional em educação física: estudos e pesquisas*. Rio Claro: Biblioética, 2006.

BORDENAVE, Juan E. D. *O que é participação*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FALEIROS, V. *O que é política social*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, R. C. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultural política: impactos sobre o associativo do terceiro setor*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

AROEIRA, K. P. Currículo e formação de professores: sobre os registros da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (1979-2002). In: SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Orgs.). *Formação profissional em educação física: estudos e pesquisas*. Rio Claro: Biblioética, 2006.

MARINO, E. *Diretrizes de avaliação de projetos e programas de investimentos social privado*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MENGA, L.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MONTAGNER, P. C.; DAOLIO, J. A reestruturação curricular de graduação e as perspectivas da FEF-Unicamp frente as Novas Diretrizes Curriculares. In: SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. (Orgs.). *Formação profissional em educação física: estudos e pesquisas*. Rio Claro: Biblioética, 2006.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

SIMSON, O. R; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. *Educação não-formal, cenários da criação*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Projeto Pedagógico dos Novos Currículos dos Cursos de Educação Física: Licenciatura em Educação Física e Graduação em Educação Física*. Campinas: Coordenação de Graduação FEF, 2005.

SETOR 3. *O que é terceiro setor: o terceiro setor hoje no Brasil*. Equipe editorial <http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/08256B5A0062F99E83256AA4005E2100?OpenDocument&pub=T&proj=Setor3&sec=O%20que%20%C3%A9%20terceiro%20setor> apud Comunidade Solidária/Ipea, 1998 . Acesso em: 11 nov. 2007.